Revista Eletrônica de Educação, v. 3, n. 1, mai. 2009. *Artigos*. ISSN 1982-7199.
Programa de Pós-Graduação em Educação

ENXADA *VERSUS* CANETA: EDUCAÇÃO COMO PRERROGATIVA DO URBANO NO IMAGINÁRIO DE JOVENS RURAIS

Isabela Gonçalves de Menezes[1]
Faculdade São Luis de França - Sergipe

Resumo
Este artigo é resultado de uma pesquisa descritiva e bibliográfica que adotou trabalho de campo de Carneiro (1998) sobre o ideal "rurbano" dos jovens de duas áreas rurais do sul e sudeste do Brasil, comparando-o ao imaginário de Fabiano, personagem do romance Vidas Secas de Graciliano Ramos (2006). Tal qual Fabiano, embora desejem educação, os jovens pesquisados a percebem como prerrogativa do mundo urbano. O espaço rural, por sua vez, é visto como lugar de trabalho e eles têm que optar entre sair do rural para freqüentar escolas e universidades ou ficar, quando não têm "aptidão" para os estudos (CARNEIRO, 1998). Este artigo enfoca o fenômeno do êxodo rural em busca de educação e qualidade de vida e, de outro lado, recentes políticas públicas de incentivo à permanência no campo, bem como as novas configurações dos espaços urbanos e rurais, mas ressalta que o desenvolvimento rural deve ser promovido porque é um direito do cidadão rural e este deve ter acesso à educação em seu espaço de origem para que os jovens rurais não tenham que optar entre trabalho rural ou educação. Assim, pretende contribuir para o debate teórico sobre acesso à educação no espaço-tempo como direito do cidadão e a forma como a política de incentivo à fixação e manutenção do homem no campo tem sido apresentada: não por ser um direito de cidadãos rurais, mas como alternativa aos problemas decorrentes do inchaço das grandes cidades e ao desemprego urbano.

Palavras-chave: Educação; Juventude rural; Trabalho.

Abstract
Hoe versus pen: education as prerrogative of urban in the imaginary of the rural youngs
This article is a result of a descriptive and literature research based on the fieldwork of Carneiro (1998), about the ´´rurbano´´ ideal of young people from rural two areas of the southern and southeastern of Brazil, compared to the imaginary of Fabiano, character in the novel Barren Lives of Graciliano Ramos (2006). As Fabian, although wanting education, the young people perceive it as a prerogative of the urban world, while the rural areas are seen as a place of work, having to choose between leaving the countryside to attend school and universities or stay, if you do not have the aptitude to study (CARNEIRO, 1998). It discusses the phenomenon of rural exodus as a result of the search of

[1] Graduação em Administração pela Universidade Federal de Sergipe (1998) e Especialização em Didática e Metodologia do Ensino Superior (2008). Docente do Núcleo de Pós-Graduação da Faculdade São Luis de França (Aracaju/SE).

education and quality of life, and, on the other hand, the recent public politics created to encourage his permanence in the field, and the new configurations of urban and rural areas. It emphasizes that rural development should be promoted as a rural citizen´s right, who should have access to education in their area of origin, and not to continue to choose between rural work or education. It therefore seeks to contribute to the theoretical debate about the access to education in the space-time as a right of citizens and how the politic of encouraging the establishment and maintenance of people in the field is presented: not as a right of rural citizens, but as an alternative to the problems caused by the swelling of the big cities and the urban unemployment.

Key words: Education, rural youngs, work.

Introdução

Este artigo é uma análise comparativa entre o imaginário de Fabiano, personagem de Vidas Secas (RAMOS, 2006) e o de jovens rurais pesquisados por Carneiro (1998), para discutir a educação como prerrogativa do mundo urbano no imaginário de jovens rurais.

Embora a hipótese de antinomia entre educação e mundo rural tenha sido validada através da referida pesquisa de campo (CARNEIRO, 1998), tanto Fabiano (RAMOS, 2006) quanto, de forma geral, os jovens rurais pesquisados, desejam educação.

Neste caso, o sentido de instrução estaria ligado a conceitos positivistas, que associam conhecimento a progresso, desenvolvimento e, principalmente, poder. Francis Bacon, pai da filosofia experimental, disse que a "superioridade do homem está no saber, disso não há dúvida" e que "poder e conhecimento são sinônimos" (BACON, 1825 apud HORKHEIMER e ADORNO, 1985, p. 19).

Fabiano, embora deseje ser instruído, acredita que educação não é para pessoas como ele e sua família e, aos filhos, deseja que reproduzam sua condição social de vaqueiro. Entretanto, quando se dirigem à cidade grande, fugindo da estiagem, começa a sonhar com seus filhos na escola, aprendendo coisas difíceis (RAMOS, 2006). Percebe, dessa forma, a educação como prerrogativa do espaço urbano.

Pesquisas recentes no mundo rural demonstram que a percepção do homem rural quanto à educação não mudou. Ainda hoje, jovens moradores do rural que têm aptidão para os estudos não desejam permanecer no espaço rural (CARNEIRO, 1998); (MELLO et al., 2003).

É comum pensar que desenvolver atividades produtivas no campo está relacionado ao atraso e que trabalhar no mundo urbano, ter acesso à educação e a uma infra-estrutura que permita melhor qualidade de vida está relacionado ao progresso, modernidade e evolução.

Com este trabalho, ao criticar a percepção do mundo rural como lugar de trabalho e não de educação, pretende-se contribuir para o debate

teórico sobre acesso à educação no espaço-tempo como direito do cidadão e obrigação do Estado e a forma como a política de incentivo à fixação e manutenção do homem no campo é apresentada: não por ser um direito de cidadãos rurais, mas como alternativa aos problemas decorrentes do inchaço das grandes cidades e ao desemprego urbano.

O interesse por este tema surgiu a partir de observação empírica e conversas informais com jovens rurais, da leitura do trabalho O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais (CARNEIRO, 1998) e dos romances Grande sertão: veredas (ROSA, 2006) e Vidas secas (RAMOS, 2006), quando foi percebido o desejo que personagens como Riobaldo, Zé Bebelo e Fabiano tinham por instrução, associando-a, porém, ao espaço urbano.

Dentre estas três personagens, optou-se por discutir e comparar à pesquisa de Carneiro (1998) apenas o desejo de Fabiano, por ser mais latente e recorrente em toda obra Vidas secas (RAMOS, 2006). Para melhor expor, circunstanciar e fundamentar a dinâmica do universo rural, cenário desta personagem e dos jovens pesquisados por Carneiro (1998), foram utilizados trabalhos de Abramovay (2000), Araújo (2002), Bodstein (1997), Castells (1999), Couto Rosa (1999), Marx e Engels (1998), Pochmann (1999), Rifkin (1997), Santos (1998), Silva (1998), Telles (2001), Vieira (2001) e Zaluar (1997).

Quanto à metodologia, esta é uma pesquisa comparativa, descritiva e bibliográfica que, como principal fonte de dados, adotou trabalho de campo realizado pela professora e pesquisadora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) Maria José Carneiro (1998) em duas áreas rurais e essencialmente agrícolas: São Pedro da Serra, distrito do município serrano de Nova Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro e no município de Nova Pádua, região colonial do Rio Grande do Sul.

Segundo Carneiro (1998), foram aplicados 105 questionários e realizadas 23 entrevistas com jovens entre 15 e 26 anos e com os pais destes jovens. Nas duas localidades, os dados foram coletados de acordo com o mesmo procedimento: aplicação de questionário a estudantes cursando as então denominadas 8ª série do primeiro grau à 3ª série do segundo grau. Ao mesmo tempo, foram realizadas entrevistas-dirigidas com jovens.

Desruralização e seus impactos

A desvalorização do mundo rural frente ao mundo urbano não é um fato novo. A idéia, sedimentada ao longo do tempo, é que desenvolver atividades produtivas no campo está relacionado ao atraso, enquanto trabalhar nas cidades e, ao mesmo tempo, desfrutar de conforto e lazer, bem como ter acesso à educação e toda uma infra-estrutura que permite melhor qualidade de vida, está relacionado à modernidade e evolução.

Telles (2001), ao falar sobre o desejo da sociedade brasileira que se queria moderna, civilizada e cosmopolita, destaca que as luzes do progresso eram identificadas com o trabalho industrial e a urbanização.

Isso decorre do conceito de que "a meta adequada ao desenvolvimento era uma sociedade industrial urbana, e o moderno era medido de acordo com o grau de industrialização e urbanização que determinada sociedade houvesse atingido" (CAIDEN e CARAVANTES, 1988, p. 23).

De fato, a modernização do Brasil, sobretudo a partir dos anos 1950, trouxe não só o desenvolvimento industrial, mas a urbanização de áreas litorâneas, cidades médias e das capitais regionais e metrópoles nacionais, para onde se dirigiu o êxodo rural do período (CALMON, 1998).

Esse fenômeno – conhecido como desruralização – também pôde ser observado em outros países, como Rifkin (1997) salienta, ao afirmar que os Estados Unidos, há cem anos, eram um país agrícola, já que a maior parte dos trabalhadores estava nas plantações, e que hoje menos de 2% trabalham na agricultura.

No caso do Nordeste brasileiro, o fato que determinou freqüentes migrações rurais que, em decorrência, levaram a redução das populações residentes no campo a um contingente mínimo, com taxas negativas de crescimento, seria resultante da ocorrência de constantes secas associadas à atração das cidades, pela concentração dos investimentos industriais e urbanos (ARAÚJO, 2002).

Até a década de 1960, a maioria da população brasileira ainda vivia na zona rural, fato que se inverteu no final do século passado: de acordo com o Censo 2000, a desruralização fez do Brasil um dos países mais urbanizados do mundo. Dos 169,5 milhões de habitantes, 81,2% vivem nas cidades (WEIS *et al*., 2001).

Nestas condições, o pensamento dominante em relação ao êxodo rural era que quase nada se poderia fazer: afinal, o esvaziamento dos campos era uma questão de tempo, como ratificava a experiência dos países desenvolvidos. Segundo Abramovay (2000), o plano para a agricultura na Europa, desde o final dos anos 1960, era de que o meio rural deveria ser ocupado quase que unicamente por quem sabia produzir muito e bem – quanto aos outros, que fossem para as cidades.

Durante algum tempo, a indústria e a construção civil, principalmente, absorveram mão-de-obra de baixo nível educacional, reforçando a idéia de que os que iam para as grandes cidades conseguiriam emprego, com carteira assinada, sinônimo de progresso e qualidade de vida.

No entanto, com o advento do processo de reestruturação produtiva, o mercado de trabalho começa a sofrer restrições internas e externas ao seu desenvolvimento (POCHMANN, 1999).

Flexibilização e precarização do mercado de trabalho, junto às formas desregulamentadas de vinculação capital-trabalho, aliadas à permanência da situação de baixas taxas de crescimento nas atividades econômicas do País no pós-1980 e à introdução de novos fundamentos

competitivos, foram fatores extremamente desfavoráveis aos trabalhadores, resultando em desemprego em massa e crescimento do mercado informal (POCHMANN, 1999); (ZALUAR, 1997).

Adicionalmente, o mundo sai da era industrial e entra na era da informação. Computadores sofisticados, tecnologias de telecomunicações, robôs e outras máquinas inteligentes já vêm tomando o lugar de várias categorias de trabalho em seus países (CASTELLS, 1999).

Por sua vez, a reconfiguração do mundo urbano acarretou uma série de problemas sociais, econômicos e ambientais. Segundo Aguiar (1993), o deslocamento contínuo e desordenado da população rural para as cidades intensificou o ritmo de favelização destas, provocando problemas tais como o desmatamento de encostas e morros urbanos. As grandes e médias cidades passam a apresentar problemas de infra-estrutura, pobrezas críticas, doenças, poluição, proliferação de guetos e violência urbana. Assim, suas condições de sustentabilidade passam a ser questionadas (DOWBOR, 1993); (SACHS, 1993).

Com a crise dos paradigmas tradicionais do progresso e a consciência quanto aos efeitos ambientais do modelo de crescimento econômico das sociedades industriais (BURSZTIN, 1993), o interesse da sociedade urbana é o de que o homem do campo continue em seu espaço rural de origem, reduzindo a migração campo-cidade e descongestionando os grandes centros urbanos. Sendo assim, o desafio passa a ser a busca de soluções para a melhoria das condições da agricultura, agora envolvendo garantia de emprego e renda para os trabalhadores urbanos e rurais.

Em decorrência, hoje já se fala em fixação do homem no campo e apoio ao pequeno agricultor. A agricultura familiar é defendida com base em razões econômicas, sociais, culturais e ecológicas. O agricultor, em tempo integral, e a capacidade produtiva da população residente no campo se expressam em “novas formas de atividade agrícola como uma alternativa ao êxodo rural, ao desemprego urbano e ao padrão de desenvolvimento agrícola dominante” (COUTO ROSA, 1999).

Assim, políticas públicas para o desenvolvimento rural são engendradas, pois este passa a ser visto como um lugar oportuno para se gerar novas formas de ocupação e renda para os segmentos da população que, em geral, não têm a qualificação necessária para se inserirem nos setores urbanos em expansão (GRAZIANO DA SILVA, 1998 apud FLÔRES e MACÊDO, 1999).

O novo rural brasileiro

Devido à falta de oportunidades de trabalho nas cidades e, por outro lado, ao engendramento de políticas que incentivam a fixação do homem no espaço rural e o desenvolvimento local, de acordo com Abramovay (2000), os anos 1990 registram um fenômeno inédito na história do País: o ritmo do êxodo rural desacelera-se de maneira nítida e, ao final desta década, já se

registram tanto a migração de retorno em direção a pequenos municípios, como o crescimento da população rural em diversas regiões do País, em termos absolutos – revertendo um declínio de quase duas décadas – a partir do ano 2000.

No entanto, quem não conseguiu se estabelecer na cidade ou quem não teve oportunidade de sair, por falta de opção, fixa-se no campo. Mas, não necessariamente para trabalhar na agricultura, preferindo atividades não-agrícolas (CARNEIRO, 1998).

Pesquisa desenvolvida por Carneiro (1998) no sul e sudeste do Brasil constatou que, para os jovens rurais, o desejo de permanecer no campo não pressupõe mais assumir a profissão de agricultor.

O primeiro efeito dessa ruptura no universo de significações é que o rural se torna um espaço cada vez mais heterogêneo, diversificado e não exclusivamente agrícola (CARNEIRO, 1998), apontando para uma nova concepção de espaço agrário com a crescente importância das atividades rurais não-agrícolas em relação às atividades agrícolas (FERNANDES FILHO, 2001).

É como se um pouco da civilização – do mundo urbano – chegasse ao campo, com novos personagens substituindo o antigo caipira (IZIQUE, 2000) e com a proliferação e consolidação de um conjunto de atividades urbanas ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços em áreas antes ocupadas pela agricultura tradicional.

Apoiando essa apologia ao novo rural brasileiro, Graziano da Silva (1993) ressalta que a velha noção de rural deve ser ampliada para além das atividades produtivas tradicionais e a produção de serviços e bens não-agrícolas devem ser incluídas no espaço agrário.

Matriz cultural

Se, por um lado, busca-se a valorização do rural como espaço de desenvolvimento, por outro não se trabalha a auto-estima de quem vive no campo que continua a sonhar com a vida na cidade, com seus filhos estudando e vencendo na vida, trocando de profissão.

Na verdade, os mais pobres e menos competitivos da agricultura não são valorizados pela sociedade brasileira. No Brasil, o pequeno agricultor ainda é visto como jeca, matuto, tabaréu, caipira num tom pejorativo que o diminui a um status inferior, de cidadão de segunda classe: alguém que está no campo porque não conseguiu vencer na vida, não se modernizou, não acompanhou o progresso e não estudou.

A mídia reforça e explora esta visão: quando o agricultor aparece sempre está no labor, com roupas simples, falando errado, em sua casinha modesta, cozinhando em fogão à lenha, em panelas de barro e, no caso do sertão nordestino, caminhando vários quilômetros para buscar um pouco de água que traz dentro de um pote, na cabeça.

Apesar de hoje ter melhores condições melhores de vida do que na época do Fabiano de Vidas Secas (RAMOS, 2006), de acordo com dados do PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - de 1996, enquanto mais de 95% da população urbana têm acesso a esgotos sanitários e luz elétrica, na área rural essa porcentagem é pouco maior que 60%. O índice de analfabetismo na área rural, no mesmo período, era de 29,3% contra 10% registrado nas áreas urbanas (IZIQUE, 2000).

Entretanto, Abramovay (2000) diz que se por um lado o meio rural detém os piores indicadores de qualidade de vida, de outro os centros metropolitanos são cada vez mais hostis aos que ali chegam e deixaram de ser um espaço de emancipação social a populações que deixavam o campo.

Apartheid urbano

Com relação ao interesse da sociedade urbana de que os campesinos continuem em seu espaço rural de origem, argumenta-se que se trata de uma "valorização do rural", mas na realidade o que se percebe é um *apartheid* urbano. Em outras palavras, o fato de se estar abordando o desenvolvimento rural, parece ser o receio de que os retirantes "façam chegar às grandes cidades exércitos delinqüentes de todo tipo" (RIBEIRO, 2003).

Se, independentemente do sofrimento, carência e humilhação de toda ordem (MELO NETO e FROES, 1999) que afligem boa parte da população rural, esses excluídos não encontrassem o caminho da cidade, não oferecendo qualquer ameaça de invasão, o interesse de mantê-los no campo talvez não estivesse tão aceso e visível.

Ademais, manter pessoas no campo, porque se presume que estas não são qualificadas para habitar a cidade, é entender que esses homens "não têm vontade e são desprovidos da razão" (TELLES, 2001, p. 42).

Dentre as variadas perspectivas que abordaram o conceito de cidadania, enquanto direito a ter direitos, tornou-se clássica a concepção de Thomas H. Marshall que propôs uma teoria sociológica sobre os direitos de cidadania, apresentando os direitos civis, políticos e sociais (VIEIRA, 2001). Dessa forma, um direito básico de qualquer cidadão é o direito civil; o direito à mobilidade: ir e vir, se assim o desejar.

Manter pessoas em algum lugar, qualquer que seja, foge a esse direito básico. E o que é preocupante: isso pode até gerar certa intolerância com os migrantes de regiões mais pobres por parte de habitantes de regiões mais prósperas economicamente. A esse respeito, Telles (2001) levanta a hipótese de que o reforço de identidades e solidariedades locais poderia deixar pobres migrantes rejeitados por municípios mais ricos, como já acontece em vários estados do Sul, no interior de São Paulo e em alguns municípios de Minas Gerais.

Uma Vida Fabiana

Em Vidas Secas, romance de Graciliano Ramos (2006), encontramos Fabiano, um retirante que foge da seca acompanhado de seus dois filhos e de sua mulher.

Ramos (2006) o descreve como um homem vermelho, queimado do sol, de olhos azuis, barba e cabelos ruivos. Um homem de coração grosso, duro como cururu, que vivia em terra alheia, cuidava de animais alheios; que na caatinga às vezes cantava de galo, mas na rua encolhia-se, tirando o chapéu na presença dos homens da cidade. Um homem que pensava pouco, desejava pouco e obedecia. Um sertanejo ensimesmado, fechado na ignorância e no analfabetismo, quase incapaz de expressar seu pensamento com palavras.

Porém, no segundo capítulo do livro, depois de enfrentadas seca e estrada, encontramos um Fabiano trabalhando de vaqueiro, às vezes feliz, satisfeito. “Sim senhor, arrumara-se. Chegara naquele estado, com a família morrendo de fome, comendo raízes [...] – e ali estava, forte, até gordo, fumando seu cigarro de palha” (RAMOS, 2006, p. 18-19).

Fabiano já anda com firmeza no chão rachado do semi-árido e, empolgado, exclama em voz alta que é um homem, mas, ao lembrar que seus filhos estão perto e que poderiam se admirar ouvindo-o falar sozinho, contem-se e a baixa auto-estima volta: não, não é um homem. Então corrige a frase imprudente e murmura que não passa de um bicho (RAMOS, 2006).

Além de falar pouco, Fabiano às vezes utiliza nas relações com as pessoas exclamações, onomatopéias. Mas admira as palavras compridas e difíceis da gente da cidade, chegando até mesmo a reproduzir algumas, em vão, pois sabe que são inúteis e talvez perigosas (RAMOS, 2006).

Certa vez, um de seus filhos lhe faz uma pergunta. Não compreendendo o que o filho deseja, repreende-o, repele-o envergonhado, vira o rosto para fugir à curiosidade infantil. Para ele, o menino estava ficando muito curioso e, se continuasse assim, como iria acabar? Fabiano acha que não tem o direito de saber, pois, se aprendesse qualquer coisa, necessitaria aprender sempre mais, nunca ficaria satisfeito. Indispensável mesmo era que os filhos entrassem “no bom caminho”: aprender a cortar mandacaru para o gado, consertar cercas e amansar animais bravos (RAMOS, 2006, p. 24).

Entretanto, a partir da indagação do filho, lembra de um conhecido que deixou para trás, seu Tomás da bolandeira. Na verdade, tem sentimentos contraditórios: nutre especial admiração, até certa inveja pela facilidade com que seu Tomás da bolandeira se expressava e, às vezes, repudia seu conhecimento:

> "Dos homens do sertão o mais arrasado era seu Tomás da bolandeira. Por quê? Só se era porque lia demais [...] Para que tanto papel? Quando a desgraça chegar, seu Tomás se estrepa, igualzinho aos outros. [...] [Mas,] certamente aquela sabedoria inspirava respeito." (RAMOS, 2006, p. 22).

De vocabulário reduzido – mais grunhido do que falado, deseja imitá-lo. Decora algumas palavras que considera difíceis, mas as emprega fora de contexto, truncando tudo. Convencido, chega a pensar que melhora para logo depois se considerar um tolo, pois um sujeito como ele não nasceu para falar certo. “Para que um pobre da laia dele usar conversa de gente rica?” (RAMOS, 2006, p. 98-99).

Quando vai à cidade, desconfia que caçoam dele e, assim, evita conversas e fica carrancudo. Acredita que os habitantes da cidade são pessoas sabidas e ruins que só lhe falam com palavras bonitas e difíceis com o intuito de se aproveitar de sua ignorância para obter logro, encobrir ladroeiras e que, finalmente, matutos como ele não passam de cachorros (RAMOS, 2006).

Por não ter instrução, Fabiano se considera inferior e não consegue falar com as pessoas em condição de igualdade. É assim com seu patrão, que lhe explora, da mesma forma com o fiscal da prefeitura e com o “soldado amarelo”. Quando é preso, para extravasar seus sentimentos, pois se considera injustiçado, esmurra paredes e grita, porém não consegue se explicar: “Nunca vira uma escola. Por isso não conseguia defender-se, botar as coisas nos seus lugares” (RAMOS, 2006, p. 35).

Entretanto, quando a família segue em direção ao sul, mais uma vez fugindo da seca, para uma cidade grande, desconhecida e civilizada, pensa nos filhos na escola, aprendendo coisas difíceis e necessárias, quando a situação mudar (RAMOS, 2006).

No Dicionário Aurélio, o substantivo fabiano significa indivíduo inofensivo; pobre-diabo; indivíduo qualquer, desconhecido, sem importância, um joão-ninguém (FERREIRA, 2004). Parafraseando Melo Neto (2000), em seu poema Morte e Vida Severina, diante de personagem de tão baixa auto-estima, pode-se pensar sua história como uma vida fabiana.

Enxada *versus* Caneta

Apesar de o romance Vidas Secas (RAMOS, 2006) ter sido publicado pela primeira vez em 1938, ainda se pensa que os que trabalham e moram no campo são menos cidadãos. A distinção feita por Hannah Arendt entre *work* e labor, abordada por Bodstein (1997) e Silva (1998), parece se aplicar a este caso.

Em relação às pessoas do campo, seu trabalho estaria ligado ao que é definido para labor. Nessa perspectiva, o trabalho num escritório, por exemplo, poderia ser considerado superior a “tudo aquilo relacionado ao trabalho físico, desgastante e brutal próprio do *homo laborans* e não do cidadão” (BODSTEIN, 1997).

No pensamento marxiano, a divisão do trabalho só se torna efetivamente divisão do trabalho quando se opera uma divisão entre o trabalho material e o trabalho intelectual, sendo que este último é função privilegiada de certo segmento da classe dominante, o qual se dedica a pensar. “A tarefa exclusiva de pensar se enobrece, enquanto se envilecem as tarefas exigentes

de esforço físico, entregues aos indivíduos das classes dominadas e exploradas" (GORENDER, 1999, p. XXIX).

Segundo Abramovay (2000), no meio rural brasileiro se conserva a tradição escravista que dissocia o trabalho do conhecimento. Para esse estudioso do rural, o desafio que nenhum programa governamental, nenhum governo sozinho pode enfrentar, é o de mudar aquilo que se pode chamar de ambiente educacional do meio rural: um conjunto de sinais que os indivíduos recebem e que os fazem crer que o meio rural não é um espaço apropriado para a valorização do conhecimento.

Esta idéia, já arraigada, faz com que a sociedade urbana – e até mesmo o próprio homem rural, tal qual Fabiano – entenda que trabalho rural e estudo sejam atividades antagônicas.

Corroborando com essa hipótese, pesquisa que é referência nacional sobre juventude em um contexto rurbano, realizada por Carneiro (1998) com jovens de entre 15 e 26 anos em áreas rurais de Nova Friburgo (RJ) e Nova Pádua (RS), constata que a educação escolar é apontada como condição para que o indivíduo se torne alguém na vida e se apresenta como principal alternativa à atividade agrícola.

Segundo a pesquisa, ao serem questionados sobre projetos familiares, os agricultores ressaltam a educação como garantia de uma vida melhor para seus filhos. Os jovens, por sua vez, formulam projetos de futuro que incluem a saída com a finalidade de estudar e apontam a continuação dos estudos como condição para melhoria de vida. O retorno depende do ritmo do desenvolvimento local e das alternativas que surgirem (CARNEIRO, 1998).

Um dos entrevistados, filho de agricultor, afirmou ter saído do campo em busca de estudo e que seus pais e familiares o incentivaram muito, não com o intuito de sair da terra, mas para ter uma formação. Outro entrevistado, advogado e filho de agricultor, revelou ter trocado sua herança pelo estudo na cidade (CARNEIRO, 1998).

Constatou-se que a intenção de sair para estudar fora e ter uma profissão convive com a vontade de permanecer residindo na localidade de origem, entretanto as carreiras escolhidas apontam certa incompatibilidade com esta intenção. Ademais, quando há o desejo de permanecer no campo, isso não pressupõe mais assumir a profissão de agricultor (CARNEIRO, 1998).

De fato, a partir de duas pesquisas realizadas no oeste de Santa Catarina, Mello et al. (2003) discutem as implicações nos padrões sucessórios e mostram que a agricultura familiar da região começa a enfrentar problemas que não existiam até os anos 1960.

Até aquele período, o padrão reprodutivo das unidades familiares estava fundamentado no minorato – o filho mais novo assumia a propriedade paterna – e a profissão de agricultor era valorizada na formação dos jovens (MELLO et al., 2003). Entretanto, de acordo com Carneiro (1998), atualmente fica no campo aquele que tiver mais aptidão para a agricultura e menor vocação para os estudos, e não necessariamente para trabalhar com agricultura.

Portela (1999), acerca de uma realidade que também é nossa, diz que nas aldeias de Portugal os pais querem tirar seus filhos da terra o mais cedo possível e vêem a escola como porta de escape. Eles não querem ver os herdeiros empobrecer e aspiram a um trabalho não-agrícola, que não seja sujo, que seja socialmente prestigiado e mais compensador. E conclui que "os agricultores empurram os filhos para fora da agricultura, para fora de casa, e para fora da aldeia. E os filhos, no geral, vão à vida deles, de bom grado".

Percebe-se que o homem rural ao desejar instrução, relaciona-a a viver na cidade, tal qual Riobaldo, personagem de Grande Sertão: veredas: "Ah, eu só queria ter nascido em cidades, feito o senhor, para poder ser instruído e inteligente!" (ROSA, 2006, p. 407).

Considerações Finais

Jameson (2000), ao diferenciar antinomia e contradição, expõe que a primeira é uma forma de linguagem mais limpa, pois, com ela, afirmam-se duas proposições que são radicais e absolutamente incompatíveis e, ou o sujeito a toma, ou a deixa.

Do que foi exposto, portanto, sobretudo devido aos resultados das pesquisas de Carneiro (1998), validou-se a pressuposição levantada de que no imaginário do homem rural a educação é prerrogativa do meio urbano, ou seja, realmente há a antinomia denominada neste trabalho de "enxada *versus* caneta", pois os jovens moradores do meio rural que têm aptidão para os estudos não desejam permanecer no espaço rural.

Sendo assim, perpetua-se o que Marx e Engels (1999) já diziam: a maior divisão do trabalho material e intelectual é a separação entre cidade e campo e a oposição de seus interesses.

Por outro lado, o mundo rural, considerado por imensos contingentes de brasileiros um lugar de grande miserabilidade física e moral (SANTOS, 2007), começa a ser reavaliado; embora o interesse seja para lazer, turismo, moradia, atividades não-agrícolas e espaço para os que não têm condições de se fixar no mundo urbano.

No entanto, de acordo com Zaluar, "a própria concepção de trabalho tem que ser modificada, recuperando as propostas de Keynes no início do século: não a idéia do trabalho produtivo economicamente [...], mas a idéia do trabalho socialmente útil". (1997, p. 4)

Couto Rosa (1999) destaca que o ponto central a ser observado deve ser o desenvolvimento dos capitais humanos e sociais disponíveis, vistos não como beneficiários de políticas sociais compensatórias, mas como atores sociais, cidadãos participantes do processo de renovação e construção de uma sociedade.

Não é pelo apoio genérico e indiferenciado ao setor agrícola que os pobres rurais poderão ver atendidas suas necessidades mais urgentes (ABRAMOVAY, 2000). O "desenvolvimento rural" deve ser promovido – e com muito atraso – não como uma alternativa porque as cidades já não comportam,

não porque pessoas desqualificadas para conseguir emprego na indústria, nos serviços ou no comércio vão se tornar sem-teto, mas porque é um direito do cidadão rural.

A sociedade brasileira precisa reconhecer a importância do trabalho do homem rural para o País, pois, independentemente de sua ocupação social, grau de escolaridade e lugar de habitação, o ser humano é um ser de trabalho capaz de refletir sobre sua prática social, tomar decisões, criar, transformar e agir de forma coletiva e organizada em busca de seus objetivos.

Ademais, tem-se oportunidade hoje, através dos meios tecnológicos que facilitam a informação e a comunicação em qualquer parte do mundo, de que os moradores do rural possam estudar onde estejam. Assim, este imaginário, principalmente por parte do homem do campo, de que o mundo rural não é lugar de estudo, apenas de trabalho braçal, poderá ser quebrado.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, R. **Entrevista pessoal**. Concedida ao Grupo de Interesse em Pesquisa para a Agricultura Familiar em 04/2000. Disponível em: **Acesso em: 11 jul 2007**.

AGUIAR, R. C. Crise social e meio ambiente: elementos de uma mesma problemática. In: BURSZTYN, M. **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

ARAÚJO, A. M. M. O êxodo dos trabalhadores rurais para cidades à luz de Lefevbre. Scripta Nova. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Universidad de Barcelona, vol. VI, nº 119 (121), 2002.

BACON, F. In praise of human knowledge. Miscellaneous tracts upon human philosophy. **The works of Francis Bacon**. London: Ed. Basil Montagu, 1825.

BODSTEIN, R. C. de A. Cidadania e modernidade: emergência da questão social na agenda pública. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, vol. 13, nº. 2, 1997.

BURSZTIN, M. **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

CAIDEN, G.; CARAVANTES, G. **Reconsideração do conceito de desenvolvimento**. Caxias do Sul: EDUCS, 1988.

CALMON, J. **As estradas corriam para o sul: migração nordestina para São Paulo**. Salvador: EGBA, 1998.

CARNEIRO, M. J. O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, F. C. T. da; SANTOS, R.; COSTA, L. F. de C., org. **Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1998.

CASTELLS, M. **A era da informação: economia, sociedade e cultura** (3 vols). São Paulo: Paz e Terra, 1999, pp. 223-299 (353).

COUTO ROSA, S. L. Agricultura familiar e desenvolvimento local sustentável. Apresentado no **37o Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**, agosto de 1999.

DOWBOR, L. Descentralização e meio ambiente. In: BURSZTYN, M. **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

FERNANDES FILHO, J. F. Indústria rural no Brasil e no Nordeste: uma contribuição para o debate sobre o desenvolvimento do espaço rural. Apresentado no **Congresso da ANPEC de 2001**. Instituto de Economia.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa.** São Paulo: Editora Positivo, 2004.

FLÔRES, M. X.; MACÊDO, M. M. C. Novos rumos do desenvolvimento rural. Apresentado no **XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**, Foz do Iguaçu, Paraná, 3 agosto 1999.

GORENDER, J. Introdução - O nascimento do materialismo histórico. In: MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

GRAZIANO DA SILVA, J. Políticas agrícolas e não-agrícolas. Preparado para o **XXXVI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**, Poços de Caldas, Minas Gerais, de 10 a 14 de agosto de 1998.

_____. Por um novo programa agrário. **Revista Reforma Agrária**, ABRA, n.2, vol. 23, p. 11, maio/ago 1993.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

JAMESON, F. **Las semillas del tiempo**. Madrid: Trotta, 2000.

IZIQUE, C. O novo rural brasileiro. Reduziu-se o abismo tradicional entre os meios urbanos e rurais. Humanidades, São Paulo, **Pesquisa FAPESP nº 52**,

abril de 2000.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MELO NETO, F. P. de; FROES, C. **Responsabilidade social e cidadania empresarial: a administração do terceiro setor**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

MELO NETO, J. C. **Morte e vida severina e outros poemas para vozes**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

MELLO, M. A. de et.al. **Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar.** Agricultura, São Paulo, SP, 50 (1), p. 11-24, 2003.

POCHMANN, M. **O trabalho sob fogo cruzado. Exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo: Contexto, 1999.

PORTELA, J. O meio rural em Portugal: entre o ontem e o amanhã. **Trabalhos de Antropologia e Etnologia**, vol. XXXIX (1-2), p. 45-65, 1999.

RAMOS, G. **Vidas secas**. 99ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

RIBEIRO, J. U. Que ministro é esse? **O Globo**, Rio de Janeiro, 11 fev 2003.

RIFKIN, J. Identidade e natureza do Terceiro Setor. In: IOSHIPE, E. et al. **3º Setor: desenvolvimento social sustentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

ROSA, J. G. **Grande sertão: veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

SANTOS, R. Mundo rural e política. **Uma entrevista de Raimundo Santos**. Gramsci e o Brasil. 1998. Disponível em . **Acesso: 11 ago 2007**.

SILVA, J. P. Cidadania e/ou trabalho: o dilema da questão social neste final de século. **Revista Idéias**, Campinas, nº 5-6, 1998.

TELLES, V. da S. **Pobreza e cidadania**. São Paulo: Ed 34, 2001.

VIEIRA, L. **Os argonautas da cidadania. A sociedade civil na globalização.** Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001.

WEIS, B. et al. Sedução urbana. Mais de 80% dos brasileiros vivem nas cidades, um desafio para os novos prefeitos. **Revista Época**, Rio de Janeiro, Edição 137, jan. 2001.

ZALUAR, A. Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ANPOCS, vol. 12, nº 35, 1997.

Enviado em: 11/10/2008.

Aceito em: 01/12/2008.